

## Os Significados do Território na Perspectiva do Desenvolvimento

*Para uma Análise dos Problemas e Tensões Actuais*

*António Fragoso\**

**R**esumo: O território tem sido considerado de distintas formas ao longo do tempo. Neste artigo pretendemos apresentar os significados que lhe têm sido atribuídos, a dois níveis diferentes: primeiro, como resultado de um conjunto de fenómenos que ocorreram a nível global; segundo, como resultado das mudanças que se foram desenhando nos conceitos do desenvolvimento comunitário e local.

*Palavras-chave: território; globalização; relações local-global; desenvolvimento comunitário; desenvolvimento local.*

### Os Significados do Território numa Perspectiva Global

Como parece natural, até à Segunda Guerra Mundial o espaço e toda a problemática que o rodeia foram relativamente ignorados pela maioria dos investigadores. As concepções da importância do espaço vão surgindo associadas com os primeiros conceitos e acções de desenvolvimento planificado, no pós-guerra, crescendo no clima do paradigma da modernização e sofrendo as naturais influências das suas linhas estruturantes. Neste sentido, é bom ter em mente uma perspectiva global das premissas fulcrais da modernização, que *grosso modo* se poderiam sintetizar em dois pontos. I) A concepção de que existiria um único processo de evolução social, sendo o seu estágio de desenvolvimento mais avançado aquele que foi atingido pelos EUA na década de 50. Este pressuposto que hoje vemos no mínimo como simplista foi avançado por Rostow (2000 [1960]), mas a verdade é que, não obstante as críticas – bastante ferozes e perfeitamente naturais à luz do clima da Guerra Fria – de autores marxistas como Baran e Hobsbawm (1969), conseguiu impor-se durante alguns anos<sup>1</sup>. II) O crescimento económico foi eleito como a grande finalidade do desenvolvimento, posto que se acreditava que os rendimentos obtidos através dos aumentos de

produção haveriam de beneficiar, de forma relativamente igualitária, as pessoas das mais diferentes sociedades.

Os teóricos da modernização retiveram estes princípios básicos aliados aos princípios do Keynesianismo, mas a sua acção e ideologia foi muito mais além. Fundamentalmente, viam as economias “atrasadas” dos países mais pobres dominadas por uma agricultura de subsistência; caracterizadas por baixas taxas de acumulação de capital e investimento; por um sector de comércio externo diminuto; por uma baixíssima produtividade apesar do seu potencial de trabalho abundante e, finalmente, caracterizadas por um baixo índice de crescimento económico. Seria precisamente contra estas tendências que se haveria de desenvolver a estratégia económica da modernização (Youngman, 2000), o que implicaria a criação de um terceiro sector muito forte, baseado na industrialização e na agricultura comercial. Seria inevitável a movimentação do trabalho agrícola excedente para os restantes sectores e muito em particular para os serviços. Acreditava-se nesta “movimentação” como se fosse algo muito evidente, na medida em que o crescimento do terciário absorveria o trabalho excedente. No entanto, em muitos países a realidade foi antes marcada pelas falências dos agricultores incapazes de acompanhar as exigências de

\* Equiparado a Professor-Adjunto do grupo de Sociologia, Escola Superior de Educação, Universidade do Algarve. Contacto: aalmeida@ualg.pt

<sup>1</sup> Como é óbvio não foi Rostow o único a impulsionar esta teoria e seríamos inclusivamente mais rigorosos se falássemos do esquema unificado de Clark-Rostow-Vernon.

mecanização e comercialização internacional da produção, até porque a mecanização crescente acabou por criar dificuldades também no terciário.

Há, no entanto, uma questão que nos parece crucial: o projecto da modernização nunca teria conhecido uma expansão e uma amplitude tão grandes, se não fora pela sua capacidade de promover ideais ou mitos que nada têm que ver com a esfera económica. As grandes preocupações em torno do crescimento económico acabam por atrair conjuntos de ideias e conceitos de muitos outros campos de conhecimento. A concepção de que a área económica determina as escolhas de grupos e de sociedades e que outras dimensões da vida social se comportam à sua imagem, constituiu-se por conseguinte num dos pressupostos fortes da modernização (Sousa, 1991). Mais do que impulsionar mudanças de índole económica, o desenvolvimento sempre necessitou de promover o aparecimento de novos valores, normas, instituições e organizações que têm de facto sido introduzidas visando a transformação da ordem social (Brohman, 1996) e seria uma quase ingenuidade pensar o contrário. É então obrigatório colocar a seguinte questão: quais são as bases culturais, educativas, psicológicas ou sociológicas que contribuíram para a formação do homem moderno, dotado de uma nova racionalidade moderna? – Posto que só o «novo homem moderno» poderia participar adequadamente numa modernização que implica o afastamento radical em relação à tradição e aos valores por ela implicados. As nossas respostas são necessariamente curtas, mas temos espaço para pelo menos balizarmos algumas tendências gerais determinantes. Talvez que em primeiro lugar seja de referir a escola de sociologia dominante nos Estados Unidos durante os anos 50, a do funcionalismo estrutural de Talcott Parsons, que considerava a mudança social como um processo de evolução do simples ao complexo. Mas associada a esta perspectiva foram aparecendo teorias psicológicas que também nos extremos da evolução moderna postulavam uma «personalidade moderna», que incluía inequivocamente termos como a motivação ou o sucesso. Como refere Youngman (2000), a associação destas dimensões, explanadas à volta de uma dicotomia tradição/modernidade, teve como resultado a ideia que seria necessário moldar os comportamentos humanos modernos, condição

primordial para conseguir o funcionamento pleno das instituições económicas e políticas modernas. E como parece óbvio, a educação representaria um instrumento central para conseguir as mudanças necessárias e assim produzir a nova individualidade moderna.

De qualquer forma, o desenvolvimento foi (é?) visto essencialmente como crescimento económico, ou seja, como a produção que se vai aumentando devido à expansão desse sector moderno e devido à exportação de produtos primários – tanto maior quanto mais eficaz for a integração de novos países no sistema económico e financeiro do capitalismo internacional. Daqui se compreende a necessidade da implantação de medidas políticas e económicas que promoviam, ou mesmo forçavam esta integração de cada vez mais países, o que paralelamente constituía uma medida de luta contra os do “bloco soviético”.

Avançadas estas breves ideias sobre a modernização, parece-nos claro que neste macrocontexto pouca margem de manobra havia para o surgimento de concepções territoriais aliadas ao desenvolvimento, e que de alguma forma incluíssem noções que extravasam as preocupações economicistas centrais. Compreende-se que para os países que então se consideravam “desenvolvidos”, o único problema que aparecia com relativa frequência fosse a forma como o próprio crescimento económico se manifestava de forma desigual no espaço, o que conduzia a desigualdades regionais claramente perceptíveis. É assim que, segundo Benko (1999), a visão das regiões por parte dos Estados surja fundamentalmente como um problema, impondo-se a região como uma unidade de análise tão-somente porque representava uma preocupação importante da consciência colectiva, concretizada na necessidade de políticas meramente correctivas.

Consequentemente (e ignorando agora muitos factos, acontecimentos e correntes importantes...) foi preciso esperar até à crise final do paradigma da modernização, para que surgissem novos rumos. Não só porque a modernização começava a ruir de forma inexorável, mas também porque a crise de 73, em certo sentido, representava ainda o fracasso dos modelos simplistas de interpretação das economias. Ora como afirma Reis (1988), as crises sentem-se de forma mais evidente a nível local. É no local onde

se concretizam e se transformam no “sentir humano” os problemas específicos e simultaneamente se pode criar alguma capacidade de reacção a estes mesmos problemas que afectam as vidas das populações. Pouco a pouco, começou a tornar-se nítida a desconfiança em relação aos modelos dominantes de desenvolvimento, ao mesmo tempo que se ia afirmando a crença, sobretudo nas zonas mais excluídas, que seria necessário mobilizar os recursos humanos endógenos (económicos, ambientais e culturais), aparecendo assim o território concebido, ele próprio, como gerador de desenvolvimento (Precedo, 1994). Há, portanto, a partir de meados dos anos 70, uma mudança importante: as críticas às noções desenvolvimentistas, ou a necessidade urgente de distinguir em termos conceptuais e práticos o crescimento do desenvolvimento, conduziram a um questionamento profundo dos instrumentos até então usados – políticos, de decisão ou planificação, técnicos, etc. Numa síntese superficial, o espaço já não era só uma matriz amorfa que de forma secundária materializava as influências de um certo modelo de desenvolvimento (apenas subsequentemente um objecto de planeamento), mas consolida-se progressivamente a convicção de que o espaço é sujeito de planeamento (Lopes, 1984).

Também na década de 70 começam a emergir perspectivas territoriais críticas, que avançam com propostas de desenvolvimento alternativas. Algumas foram suportadas por movimentos sociais de certa importância, outras ficaram mais restringidas aos meios científicos. Do que então era considerado o Terceiro Mundo surgiu o paradigma territorialista auto-centrado, materializado por Friedmann e Weaver (1979) como uma estratégia de resistência consciente ao movimento de internacionalização do capitalismo e ao domínio crescente das grandes corporações. O pressuposto de base deste paradigma diz-nos que para promover o desenvolvimento e a satisfação das necessidades das populações é fundamental dar atenção aos recursos endógenos de um território, implicando-se as próprias populações nesse processo. Tratar-se-ia de um processo gradual de emancipação, assente na aprendizagem social explanada à volta dos problemas sentidos nesse território. Não é de estranhar que tenha sido nos anos 70 que estas

evoluções se fizeram sentir, dado que coincidem com a radicalização do discurso do desenvolvimento comunitário, por influência de autores como Paulo Freire ou outros que, desde os países mais pobres, exprimem a sua insatisfação com a dominação ocidental, criando as suas próprias alternativas radicais – educativas, sociais, etc.

Como nos parece evidente, os significados outorgados ao território vêm a sofrer alterações profundas sobretudo depois dos anos 90, não porque só então fossem nítidos os impactos de uma globalização mais ou menos galopante, mas sobretudo porque é a partir dessa década que mais estudos sobre o fenómeno vão aparecendo, sendo discutidos nos meios científicos e nos mais variados sectores sociais. Não é objectivo deste artigo discutir especificamente a globalização. Desta forma dispensamo-nos de avançar com os conceitos base, a entrar no debate sobre se a globalização é ou não uma consequência da modernidade, etc. Mas consideramos que para os nossos propósitos são interessantes algumas ideias de David Harvey que, aliás, sempre esteve muito preocupado com as questões do espaço, bem como alguns breves apontamentos de Ulrich Beck e Zygmunt Bauman.

Talvez possamos começar pela questão – é certo, já muito debatida – da globalização da produção nos últimos anos, particularmente pela acção das grandes corporações multinacionais. Já Fröbel *et al.* (1980) argumentavam sobre uma nova divisão do trabalho na qual a produção de mercadorias vinha a desagregar-se em segmentos, que podem ser atribuídos a qualquer parte do mundo que ofereça as combinações mais proveitosas de capital e trabalho. A questão é retomada num outro sentido por Beck (2000), ao avançar com as consequências dessa divisão de trabalho para uma certa redução do poder do Estado-Nação ou, posto de outra forma, para a transformação de um Estado-Nação que no passado era profundamente territorial, em direcção a formas de controlo e regulação que agora já não atravessam esse mesmo Estado, em nenhum dos sentidos. As noções de poder territorial de um Estado vêm, diz-nos o autor, do seu enraizamento num lugar específico, da legislação corrente que produz, ou da defesa das suas fronteiras físicas. Mas a globalização criou uma multiplicidade de círculos sociais, redes de

comunicação ou relações de mercado, nenhuma delas enraizadas num espaço determinado, que literalmente atravessam os limites dos Estados nacionais.

Esta aniquilação do espaço é também, ou talvez sobretudo, explanada em torno das relações de espaço-tempo e por aqui podemos começar a aproveitar as ideias de Harvey. Para o autor, toda a história do capitalismo tem sido caracterizada por um progressivo acelerar do ritmo de vida, de modo que se verifica actualmente um fenómeno de compressão do tempo-espaço, que tem levado à aniquilação do espaço através do tempo (Harvey, 1990). Ora a aniquilação dos limites espaciais permitiria a expansão da percepção do mundo como um sistema único. Aqui seria fundamental a capacidade que o capitalismo tardio tem de reorganizar a sua própria geografia, produzindo uma paisagem geográfica adaptada à sua dinâmica de acumulação num momento particular da História, apenas para destruir e reconstruir essa paisagem geográfica para acomodar a acumulação, numa data posterior. O processo envolveria aspectos distintos (Harvey, 2000): *i*) reduções no custo e no tempo de movimento sobre o espaço, através de inovações tecnológicas contínuas; *ii*) a construção de estruturas físicas para facilitar esse movimento, assim como para apoiar as actividades de produção, distribuição e consumo; *iii*) a construção de uma organização territorial, desde os poderes de Estado para regular o dinheiro, até aos meios de coerção e violência, que formam parte dos aparelhos de soberania. Nesta súmula muito breve, talvez seja possível ver a globalização, essencialmente, como um processo de produção de um desenvolvimento temporal não coincidente com o geográfico.

Por último, Zygmunt Bauman tem estudado os impactos humanos da globalização, falando por vezes das novas assimetrias que foi capaz de criar. Por exemplo, se é certo que os meios de comunicação electrónica libertaram as elites do espaço, por outro lado o espaço é ainda muito importante para as comunidades locais, posto que os lugares de encontro público representam, por natureza, focos de criação de normas e valores. Mas os espaços locais onde se tomavam importantes decisões já não são questionáveis, dado que as decisões não têm em conta os microcontextos (Bauman, 1998). Este breve apontamento

remete-nos, assim, para a capacidade reduzida das comunidades reinventarem e reconstruírem os seus próprios sistemas de normas e valores no que se refere a questões determinantes, mas simultaneamente espreita no *hall* das interrogações sobre a autonomia do território e sobre a sua capacidade de resistência.

Avançados estes apontamentos, resta-nos tentar saber o seguinte: que novas concepções de território temos depois desta “passagem” mais ou menos intempestiva da globalização? Em primeiro lugar, é profundamente questionada a noção do “território como fronteira”. Quer isto dizer que as definições geográficas do espaço como algo que pode ser delimitado seja para que propósito for, ficam postas em causa pelos canais e pelos fluxos, pelas redes e pelas novas relações sociais que perpassam esse espaço. Bastaria afirmar que quer o capital quer o trabalho conhecem hoje uma mobilidade surpreendente. Por isso mesmo, o território como fronteira afigura-se hoje como uma bizzarria inconsistente com a evolução das sociedades.

Segundo, salientamos as rápidas evoluções do território enquanto matriz para inscrição de tendências económicas. Nos primeiros tempos da modernização o território aparecia em distintas correntes (na verdade, poucas foram discutidas aqui...) como matéria sem especificidades próprias notáveis para além daquelas que podiam quantificar-se para obter mais rendimentos. Desta forma, o espaço era analisado para se estimarem as melhores localizações para unidades de produção, por exemplo, ou para de uma forma geral se avaliarem as suas potencialidades económicas “naturais”. É certo que foi a partir dos anos 70 e muito por responsabilidade de autores que queriam uma modernização “reformada” (Apter, 1987), de forma a dar-se atenção às questões da pobreza ou da desigualdade crescentes (Friedmann, 1996), que surgem as tentativas de afirmar que o desenvolvimento há-de ser humano. Nestas versões que tentam colocar as pessoas acima do crescimento económico, o “território como inscrição” dá lugar a um outro que se quer sujeito de planificação e dotado de novas potencialidades.

Mas julgamos que esta fase foi curta. De facto, o acelerar do ritmo da globalização tornou possível trespassar este território, fazendo-o

retornar à sua anterior condição de matéria cinzenta, ou mais ainda: afinal, a aniquilação do espaço pelo tempo, a capacidade de mudança das paisagens geográficas do capitalismo tardio e o enorme contraste que estas tendências têm em relação a um espaço local ainda importante, mas completamente esvaziado do seu poder de questionar decisões... inauguram uma tensão que em certo momento há-de ter sido original: um grande número de comunidades presas à tradição abriga a contradição de saber que depende do espaço para uma série de funções sociais importantes, mas essa noção de espaço/território não tem funções válidas na vida moderna. Muitas destas comunidades, neste processo de transição social acelerada – em destaque as rurais – apresentam tensões igualmente preocupantes: culturalmente não podem deixar de ser populações rurais, mas o seu modo de vida rural não é rentável economicamente, determinando uma decadência inexorável que por sua vez arrasta consigo mudanças sociais significativas. Há, portanto, uma descontinuidade gritante entre a evolução dos padrões culturais e sociais, que se torna especialmente visível em certas situações, como apontámos para o caso dos jovens adultos de um local na serra algarvia (Fragoso e Lucio-Villegas, 2004a). De qualquer das formas, há um sentimento geral que estas e outras tendências trouxeram um estranho significado de território, que mais se parece hoje a um “território vazio” – imagem que alude também aos fenómenos migratórios provocados por tendências macro que não parecem poder ser significativamente travadas por qualquer tipo de acção vinda do próprio território, especialmente quando falamos de territórios de menor dimensão humana.

Terceiro, há um questionamento sério da autonomia do território, esvaziado de antigas funções e ainda procurando novas potencialidades nos fenómenos mais recentes. Esta autonomia ver-se-ia tanto mais reduzida quanto mais decisivas são as grandes questões que, de forma transversal, afectam as vidas das pessoas que nele vivem. Os níveis de autonomia de que o território ainda dispõe jogam-se, de seguida, nas novas relações entre o local e o global. Alguns autores têm insistido aqui numa versão do “território como resistência”, uma resistência consciente e culturalmente situada que tenta combater o global

em dois sentidos complementares: como uma espécie de combate contra os impactos globais que minam o território; e tentando pensar num outro global composto por adição de uma multiplicidade de pequenos locais resistentes, quase tentando reinventar o global através de múltiplos *inputs* no sistema. Mas por outro lado talvez seja cenário comum o aparecimento de muitos territórios que integram elementos globalizantes, de forma consciente ou não. Entre estes dois extremos do “território como resistência” e do “território como integração” há um sem número de posições intermédias, obviamente determinadas pelas estratégias que os actores sociais concretizam. Em conclusão, precisaremos cada vez mais de este tipo de investigações que, centradas num território que pode ter dimensões muito variáveis, se proponham a estudar a realidade social nesta perspectiva. Que acções e estratégias dos actores sociais podem ser consideradas de resistência? Quais as consideradas de integração? E qual o cenário conjugado resultante? As questões colocadas são simples, mas as eventuais respostas parecem-nos complexas.

Um último apontamento que queremos deixar refere-se ao território como repositório de tendências eventualmente opostas. Dir-nos-ão que o tempo dos binómios ou das dicotomias exclusivistas parece ter terminado e não podíamos estar mais de acordo. Precisamente, o que defendemos é que nunca antes foi tão necessário encorajar análises que interpretem fenómenos de sinal oposto como fazendo parte de uma mesma realidade social complexa, a merecer igual complexidade de análise.

### **Os Significados do Território numa Perspectiva Local**

Na primeira secção deste artigo analisámos os significados do território à luz das evoluções históricas, económicas e sociais trazidas pelos grandes paradigmas de desenvolvimento. Estes grandes paradigmas funcionam como um marco teórico muito amplo, enquadrando as perspectivas territoriais mais localizadas, mas os dois níveis de análise podem conjugar-se com vantagem. Deste modo, não nos parece descabido olhar agora para o desenvolvimento comunitário e local, conceitos nos quais o território ocupa um lugar de destaque, pelo menos numa primeira abordagem.

Nunca nos cansaremos de lembrar que os conceitos não se originam no vazio, mas sim num determinado contexto histórico, social e político que é preciso ter em conta. Caso contrário, perderemos de vista os significados que verdadeiramente lhes foram sendo atribuídos e estaremos, como mais ou menos fervor, a mentir retrospectivamente ou a reinventar passados que nunca aconteceram. Nos discursos do desenvolvimento comunitário e do desenvolvimento local estes cuidados de contextualização devem ser redobrados. Frequentemente são mencionados como se o que é assumido hoje como válido sempre o tivesse sido; como se fosse indiferente falar de desenvolvimento comunitário na América do Sul, Europa ou África; como se dentro da Europa houvesse alguma sombra de consenso sobre o que são estes conceitos; ou como se, finalmente, Portugal não fosse um contexto muito especial, quanto mais não seja pelos acontecimentos sociopolíticos da sua história recente. Esta enorme diversidade de situações, contextos, semântica e significados faz com que seja extremamente difícil falar do desenvolvimento territorial com alguma correcção. Daí que a nossa própria versão seja apenas isso – uma voz mais entre as muitas, tão sujeita aos problemas que brevemente enunciámos como as demais.

Para um bom entendimento das trajectórias realizadas pelo desenvolvimento comunitário é preciso contar com dois elementos centrais. O primeiro diz respeito ao momento histórico do surgimento do que então se chamou o desenvolvimento das comunidades: em contexto colonial ou na transição de antigos países colonizados para outras formas de governo. Como é óbvio, não poderia nunca ter aparecido neste contexto e assumir-se armado com algumas das características que hoje em dia lhe são apontadas: desde o enfoque dado à participação, até às ideias sobre a emancipação dos sujeitos (surgidas apenas durante o período de radicalização dos discursos do desenvolvimento comunitário, geralmente enquadradas pelo paradigma sociocrítico originado na escola sociológica de Frankfurt). Mas isto não quer dizer que a participação não seja referida nas definições de desenvolvimento da comunidade que foram aparecendo nos anos 50 e muitas delas emanadas por gabinetes coloniais

em países africanos ou outros<sup>2</sup>. O que isto significa é que não obstante aparecerem determinadas palavras e frases numa folha de papel impressa, temos a obrigação de ir mais além e analisar as intenções e sobretudo as aplicações práticas, na acção, que eram plasmadas a coberto desses conceitos. Desta forma, o desenvolvimento comunitário que nos aparece nesta primeira fase é utilizado de muitas formas diferentes, desde uma simples forma de administração colonial centralizada (simplesmente tentando «desenvolver» as comunidades sobre a sua alçada), até um mero instrumento de controlo social, ou como uma forma sub-reptícia destinada a promover uma integração pacífica de grupos sociais que poderiam provocar contestações, agitação social e desintegrações indesejadas, sobretudo em contexto das difíceis transições para a independência. Mayo (1994) é especialmente clara nesta questão.

O segundo elemento que temos que considerar para entender este percurso do desenvolvimento comunitário é precisamente a influência central que o paradigma da modernização – anteriormente já mencionado de forma breve – teve sobre este conceito. Ora também aqui o desenvolvimento comunitário se impõe como um processo ou como um conjunto de processos dirigido para a integração social e apostando nas vertentes (quase únicas) do crescimento económico. Tratava-se, pois, de um processo de aprendizagem que estabelecia relações, formas de intervenção e valores que estavam na base da transição da comunidade para formas de coesão social caracterizadas pelos direitos individuais e suportadas por uma divisão de trabalho crescente (McClenaghan, 1999). Assim, na maioria dos países Ocidentais o desenvolvimento comunitário representou um instrumento normalizador que, aparentando uma união comunitária, promovia o seu oposto e participava na promoção dos grandes ideais da modernização: o crescimento económico, o individualismo e a pretensa igualdade dos processos de evolução de qualquer sociedade. Para os propósitos deste artigo, portanto, é essencial realçar que o desenvolvimento comunitário foi durante longos anos a seguir ao pós-guerra um instrumento particularmente

---

<sup>2</sup> Em Rodríguez (1970) podem ser consultadas muitas destas definições.

centralizado, que partia da acção governamental e que, geralmente, assentava em tentativas de promover acções de desenvolvimento de forma estritamente técnica e científica (Nogueiras, 1996). Esta versão que aqui apresentamos afasta-se, radicalmente, dos sonhos nostálgicos de uma comunidade como armazém de sentimentos de mutualidade e solidariedade, perdidos no percurso histórico das sociedades; mas também das imagens mais ou menos populistas, ou mais ou menos românticas, do desenvolvimento comunitário como mola da emancipação dos sujeitos e fonte de aproximação a formas mais directas de democracia.

Se o que dissemos tem alguma validade, quais são os significados que se descobrem nos territórios deste tipo de desenvolvimento? De novo nos aparece o território como inscrição de vertentes económicas; de novo nos aparece um território esvaziado de potencialidades humanas ou incapaz de ditar os seus destinos; e aparece-nos, isso sim, um território claramente dotado de uma unidade de análise – a comunidade – que muito frequentemente assenta numa visão do espaço como fronteira. De facto, nas definições mais comuns de comunidade, quase sempre é referido que se trata de uma zona geográfica que se pode delimitar com certa facilidade, ainda que essa delimitação esteja imbuída de determinismos relacionais. Vejamos, apenas por exemplo, a seguinte definição: comunidade é “um agrupamento de pessoas que se percebem como unidade social, cujos membros participam de alguma característica, interesse, elementos, objectivo ou função comum, com consciência de pertença, situados numa determinada área geográfica na qual a pluralidade das pessoas interage mais intensamente entre si que noutra contexto” (Ander-Egg, 1982: 45). Por outro lado, sempre houve uma espantosa diversidade nos elementos que servem para definir o conceito, de tal forma que, mesmo que não tenhamos espaço para encetar aqui essa discussão, comunidade rapidamente se tornou um sinónimo de desconfiança. Transformou-se numa espécie de amiba capaz de materializar tudo ou quase tudo para todas as pessoas, segundo os seus propósitos teóricos ou práticos, ou até segundo os seus desejos mais idiossincráticos, de tal forma que muitos têm vindo a propor o abandono do termo. No mínimo,

comunidade é um conceito movediço que requer uma reflexão conceptual cuidada, ainda que não nos cause nenhum transtorno o seu uso generalizado – desde que se insista mais no seu uso imagético que no seu valor como conceito absoluto ou orientador.

Em todo o caso, a verdade é que o desenvolvimento comunitário seguiu o seu trilho como se munido de uma tranquilidade surda, incorporando a comunidade como unidade de estudo. E isto, pensamos, foi um erro estratégico, pois que a imagem de fronteira prevaleceu no conceito, ainda que possivelmente por desvirtudes de interpretações apressadas ou feitas sem os devidos cuidados. De agora em diante, que território é este que nos é apresentado como finalidade última dos esforços de desenvolvimento? É, sobretudo, um território dotado de uma terrível ambiguidade que busca um espaço bem determinado sem na realidade poder fazê-lo, ambiguidade que atraiçoa tanto como a similitude entre o português e o castelhano. Muitos esforços teriam que ser feitos para provar que um determinado território é de facto uma comunidade... e esses esforços seriam inúteis posto que, escolhendo um território de dimensão muito maior (e não de dimensão reduzida), tal “prova” conseguiria ser feita com os critérios disponíveis, numa latitude tão grande que poderíamos abarcar desde uma pequena aldeia isolada numa planície, até um bairro urbano, ou a comunidade formada pelos países da União Europeia.

Sob um ponto de vista conceptual, no entanto, é inegável que muitos autores foram incorporando ao desenvolvimento comunitário características que o afastam da simples questão geográfica delimitada de forma rígida. É assim que os problemas e as necessidades das populações tentam ser postas como o ponto de partida das iniciativas deste desenvolvimento, baseado na participação das pessoas para tentar resolver esses mesmos problemas, com a finalidade de se melhorar a sua qualidade de vida (como é possível ver, por exemplo, em Reszohazy (1988)). Neste sentido, o território ganha novos significados. É sobretudo uma questão dinâmica da sua plasticidade, porque se o ponto de partida e o ponto de chegada assentam numa concepção subjectiva qualitativa operacionalizada nos sujeitos que habitam um território, não medida

apenas pelos rendimentos obtidos nas várias actividades económicas, é de facto o próprio território que se afirma como sujeito de desenvolvimento.

Numa fase posterior, as muitas características que se foram aglutinando ao conceito de desenvolvimento comunitário – que parece ter resistido aos que o acusavam de centralista, defendendo interesses instalados e sem real interesse pelas necessidades das populações – constituíram-se como um novo problema. Já de si era difícil confiar num conceito que se baseia em algo tão suspeito como “comunidade”. Mas quando se adicionam três, sete, dez novas características a um conceito, quando a variabilidade é tão grande que temos que conversar longamente apenas para saber se uns e outros estão a falar do mesmo, ou quando há o sentimento inevitável de perseguir um conceito que apenas é operacionalizado depois da escolha idiossincrática da visão específica que nos interessa, relegando os restantes elementos para uma espécie de gueto conceptual... as resistências aumentam. O facto é que para as pessoas preocupadas com o desenvolvimento ao nível microterritorial, especialmente aquelas que se movem na acção, até o território como fronteira é importante. Quanto mais não fosse, porque qualquer programa de financiamento exige que se diga onde vai a acção decorrer. Estes elementos levaram, acreditamos, a uma situação onde o conceito foi mantido porque precisávamos dele e dada a inexistência de alternativas para a sua substituição – mesmo quando eram claros os problemas conceptuais que se levantavam de forma constante.

O “surgimento” do desenvolvimento local – na verdade e como afirma Amaro (1998) parece antes ter-se aglutinado gradualmente em redor de várias utopias – parece ter trazido algum alívio a estas inquietações que alguns acharão ridículas. O local, desde logo, não apareceu conotado com o espaço ou, pelo menos, deixou a questão vaga e abriu-se a uma flexibilidade que se adequa à especificidade de cada caso concreto. Foi possível ouvir, por exemplo, Alberto Melo a dizer que o local é onde as coisas acontecem, o que pode aludir de forma inequívoca à importância fulcral de se iniciar a acção pelos interesses e problemas das pessoas, ou simplesmente ao facto de ser nessa unidade territorial que as mais distintas tendências ganham corpo, nome e sentir.

Por outro lado, o desenvolvimento local como conceito, sobretudo ao longo dos anos 80 e falando especificamente em Portugal, pôde em certas versões ir ganhando um conjunto de características que o dotaram, de facto e finalmente, de um carácter aproximadamente radical. Não só elegendo as pessoas de populações em dificuldades várias como o ponto de partida e simultaneamente de chegada, mas também pela ênfase no colectivo como unidade filosófica e de trabalho concreto, na participação das pessoas como forma de solucionar os problemas por elas sentidos, no carácter endógeno dos processos (Melo, 1988; Vachon, 2000) e na forma de empreender uma integração que vá mais além do envolvimento sectorial completo, mas que entenda que é a cultura o *locus* ideal para pensar no tal desenvolvimento integrado (Silva, 1994, 2000). Visto de esta forma (e ignorando outras características do desenvolvimento local), tratar-se-ia de um processo implicando alguma redistribuição de poder, capaz de provocar grandes mudanças a nível local... em suma, seria um processo que, a contra-corrente, poderia efectivamente fazer a diferença e repor algumas injustiças trazidas pelos novos tempos modernos.

Em Portugal, no entanto, o local não consegue escapar à referência geográfica por dois motivos centrais, na nossa opinião: primeiro, porque muitos estudos se passaram a debruçar sobre unidades que pareciam, de forma natural, adaptar-se ao trabalho participativo à micro-escala – como acontece com as freguesias. Segundo, porque esse mesmo local-freguesia tem especificidades óptimas para a acção, entre os quais a delimitação geográfica claramente estabelecida, a existência de órgãos de governo local como as Juntas, um tecido associativo culturalmente situado capaz de se constituir como fulcral nas parcerias indispensáveis, ou até algumas especificidades que com mais ou menos clareza vão passando como identitárias e nalguns casos funcionam como factor de união num colectivo julgado fundamental pelo desenvolvimento local.

Os anos 90, contudo, vão trazendo outras realidades que não deixaram de ter influência sobre um território que parecia querer assumir-se como um pouco mais dono dos seus destinos, com uma maior capacidade de reacção perante os

acontecimentos que o iam enquadrando a nível macro. Em primeiro lugar, o neo-liberalismo que desde o início dos anos 80 se vinha cimentando. Contrariamente ao que poderíamos pensar, pensamos que viu nestas pequenas iniciativas a nível territorial local algo que combinava perfeitamente com os seus propósitos. Num clima de retracção estatal em que os direitos educativos e sociais foram desde logo os mais penalizados pelos cortes de financiamento e pela des-responsabilização consequente, é muito conveniente que aqui e ali vão aparecendo iniciativas que recorram a financiamentos não estatais para irem preenchendo os vazios deixados por essa retracção. Longe já iam os tempos, também, em que a participação popular representava uma ameaça – precisamente porque essa mesma participação interessa objectivamente ao Estado neo-liberal – sobretudo porque esse discurso foi sucessivamente co-optado pelos discursos da direita. Em segundo lugar, a globalização que parece acelerar a eficácia dos seus impactos inclusivamente a nível local.

É neste cenário que o desenvolvimento territorial local aparece muitas vezes invocando o seu estatuto de resistente a estas tendências, como podemos ver, por exemplo, em Melo (1995, 1999). Durante algum tempo, a resistência do local terá eventualmente sido realçada pelo medo da perda da identidade dos pequenos locais face a uma crescente homogeneização, pelo diluir constante da sua importância num mundo onde só os mais fortes sobrevivem e pelo facto de muitos locais, em Portugal, permanecerem ainda mansamente na tradição, quando o resto do mundo, especialmente o urbano, empreende caminhadas galopantes em direcção à modernização. Assim se compreende o acentuar desta dimensão umbilical do desenvolvimento local, que pretende eleger o local como resistência.

Actualmente, pensamos que o território local é principalmente marcado por um série de tensões que o atravessam e caracterizam. O “território-tensão” abarca, então, uma espécie de conflito permanente entre tendências que nalguns casos são, inequivocamente, de sinal contrário, mas cujo resultado final é imprevisível – como imprevisíveis são todos os processos de mudança social – ainda mais quando, na sua maioria, os territórios são habitados por pessoas com

dificuldades crescentes na leitura do seu mundo em rápida transição, se quisermos numa perspectiva Freiriana. Essas tensões são de vária ordem e qualidade: entre a tradição e a modernização; entre o global e o local; entre a resistência e a integração das estratégias globalizantes; entre uma participação inócua e consequente e uma participação contra-hegemónica; entre um colectivo sobretudo imaginado e um individualismo sem apelo; entre a aprendizagem como formação humanista e a formação rigidamente dirigida ao mercado laboral; e por aí adiante.

Evidentemente, falta-nos falar de um nível que, de certo modo, tem aparecido de forma transversal ao longo deste artigo: falamos das tensões entre os distintos significados do espaço e da sua importância para compreender fenómenos complexos. Isto, porque se considerarmos um território de reduzida dimensão, é muito possível que descubramos que o espaço é, ainda, de uma importância considerável a muitos níveis; mas ao mesmo tempo, romper com as fronteiras desse espaço talvez seja essencial para as pessoas que habitam esse espaço. Esta é mais uma das tensões que teremos que ter em conta e talvez seja benéfico para o claro entendimento desta questão avançarmos alguns elementos de uma investigação que realizámos (Fragoso, 2003).

Tratava-se de um estudo de casos múltiplo centrado numa freguesia serrana do norte algarvio, que pretendia estudar as mudanças provocadas pelos processos de desenvolvimento local que ocorreram, desde 1985 até ao ano de 2002. O espaço social que a freguesia nos apresenta era, desde logo, uma questão a merecer alguma atenção. A freguesia tem actualmente cerca de 1000 residentes; mas apenas cerca de 200 vivem em Cachopo, aldeia cabeça da freguesia que concentra todos os serviços. Os restantes 800 habitantes estão dispersos por cerca de 55 montes que se espraiam numa área montanhosa de cerca de 200 Km<sup>2</sup>. Alguns destes montes estão em risco de ficar desabitados em breve (como aconteceu com Estragamanténs) e o maior deles alberga tão-somente cerca de 60 pessoas. Esta ocupação peculiar do espaço conjugada com outros factores configura, desde logo, uma série de problemas que de forma particularmente notória colocam em dificuldades extremas três grupos em particular: as crianças, as mulheres e os adultos mais velhos.

Foi já com a investigação no seu fecho (as investigações nunca estão terminadas, mas decidimos encerrá-las nalgum ponto que julgamos conveniente) que nos lembrámos de aplicar, a título exploratório, alguns conceitos base da investigação sobre redes sociais aos dados que tínhamos obtido, numa tentativa de explicar alguns fenómenos que permaneciam menos claros. Temos que realçar que não estudámos a rede social de forma exaustiva como provavelmente o fariam os investigadores do campo, nem falámos com todos os habitantes perguntando-lhes ao certo com quem se relacionavam e como, etc. Os resultados obtidos são para ser vistos com precaução.

Podemos no entanto dar um pequeno exemplo da importância do espaço social sobre outro tipo de factores, considerando o elemento de género. Muitos dos montes da freguesia constituem pequenas sub-redes com fluxos diferenciados entre si e entre a cabeça de freguesia, que naturalmente constitui a sub-rede de maior importância. Alguns destes montes que ficam geograficamente mais próximos de Cachopo possuem canais de comunicação e fluxos entre os actores relativamente fluidos. Mas o cenário mais normal é que estas relações sociais entre um determinado monte e Cachopo sejam feitas através de canais temporários que no dia-a-dia funcionam com base na necessidade (mais imperiosa, menos imperiosa) de aceder aos serviços disponíveis, resultando em fluxos reduzidos e, sobretudo, numa rede total bastante fragmentada. Tudo isto pode ser natural; o surpreendente é encontrar montes de reduzida dimensão humana nos quais parecem existir alguns níveis de fragmentação internos. Como exemplo, achamos que os papéis de género se encontram claramente associados com o espaço. As mulheres gravitam, ainda hoje em dia, quase estritamente à volta das suas casas e da pequena propriedade rural familiar. Todos os seus esforços são devotados à sua manutenção e à da unidade familiar. Em contraste, os empregos possuídos pelos homens permitem que estes se libtem com mais facilidade das sub-redes em que residem e que estabeleçam canais para a troca de recursos com outras sub-redes, ou até com redes externas à da freguesia. Mas isto é válido, não apenas para as relações estabelecidas em consequência da actividade profissional, mas também para os tempos de lazer (sem dúvida pelo

peso da tradição nas relações de género ainda existentes em Cachopo), em que se dá uma grande liberdade aos homens e não se permite que as mulheres o façam sem que se gere uma forte crítica social, especialmente quando falamos de relações que extravasam o carácter familiar. É assim que os canais e fluxos estabelecidos pelas mulheres, de uma forma geral, são desde logo mais reduzidos e claramente sujeitos a um limite socioespacial. Assim se explica, embora apenas parcialmente, que o simples facto de que um grupo de mulheres iniciar uma formação profissional – ficando oito horas por dia fora do seu espaço tradicional, com todas as demais consequências que isso tem para a vida familiar e para as relações entre géneros – despolette reacções tão violentas.

Não temos espaço para fornecer mais exemplos, mas acreditamos que o facto principal está argumentado: o espaço e os seus significados continuam de facto a ser importantíssimos neste território, em distintos sentidos. Mas o que interessa agora é analisar a importância do rompimento das fronteiras desse espaço. Durante a nossa investigação foi claro um fenómeno a que chamámos o “espaço social limitado” (Fragoso e Lucio-Villegas, 2004): a dimensão total da rede social tem uma capacidade reduzida para acomodar grupos e actores centrais dentro desses grupos, desde que se proponham a realizar diversas actividades sociais. Há, portanto, sinais muito claros de uma competição intra-rede pelo espaço social de intervenção. Mais, embora se trate de actores que durante anos agiram muito bem enquadrados pelo Projecto Radial e a associação In Loco, no sentido da criação de colectivos, há uma intensa competição individual (obviamente, também explicada por outros factores) em direcção à centralidade e *status*, por parte dos sujeitos mais activos – tanto, que chegam intencionalmente a bloquear iniciativas que seriam benéficas para a freguesia, tão-somente porque foram propostas pelo grupo do lado. O facto de que a rede total constitui um espaço social limitado representa muitas vezes um bloqueio à acção, exactamente porque dada a dimensão da rede é difícil descobrir alternativas internas para prosseguir com os processos, sobretudo nas ocasiões em que surgem conflitos. No nosso caso foi muito claro que as pessoas que em determina-

dos momentos conseguiram trazer avanços consideráveis para os processos, foram precisamente aquelas que conseguiram escapar a este espaço social limitado: foram capazes de procurar e encontrar actores, entidades ou instituições externas ao território, coordenar-se com elas e assim enriquecer o processo (provando que as articulações externas são fundamentais para o desenvolvimento local). Mas, evidentemente, os restantes actores sociais, sobretudo os pertencentes a outras sub-redes, fazem-lhes “pagar a factura”. Do ponto de vista do território e principalmente colocando-nos na perspectiva dos sujeitos, a grande contradição está aqui: embora não haja alternativas internas para planificar e executar determinadas acções, devido à limitação social do espaço, o rompimento com os limites da rede, fundamental para desbloquear os processos, traz dificuldades acrescidas na aceitação social dos actores que o empreendem.

A aplicação embrionária e exploratória da investigação sobre redes sociais trouxe-nos algumas vantagens importantes. Para a finalidade deste artigo, interessa-nos sobretudo considerar o seguinte: as redes sociais têm os seus desenhos particulares e o ambiental estrutural da rede pode, assim, trazer quer oportunidades quer constrangimentos à acção individual e colectiva (Wasserman e Faust, 1994). Nesta linha, fomos efectivamente capazes de dar explicações para acontecimentos e fenómenos que até então estavam menos claros, nomeadamente ganhando outra perspectiva sobre as situações de bloqueio aos processos de desenvolvimento local que surgiram no nosso caso. Mas para além deste aspecto mais óbvio, parece-nos que a investigação sobre redes sociais nos liberta um pouco dos constrangimentos espaciais que poderiam eventualmente estar presentes, quer na acção quer na investigação. Permite que um investigador se centre, não nos aspectos geográficos de delimitação de um território qualquer, mas no

desenho e na configuração da rede social, que pode ou não coincidir com a dimensão espacial. Força-nos, portanto, a valorizar os factores relacionais e a estar mais próximos da forma como as pessoas e grupos se relacionam uns com os outros – aspecto bastante importante quando uma parte significativa dos bloqueios que surgem em processos de desenvolvimento local têm uma origem relacional.

Muito mais haveria que dizer sobre estes fenómenos, que aqui apenas tocámos superficialmente. O que neste momento queremos realçar é apenas o seguinte: em territórios com determinadas características, os significados atribuídos ao espaço social são ainda determinantes. Não obstante a existência de tendências globalizantes para a aniquilação dos sentidos mais tradicionais desse espaço, ou talvez porque causa delas, existe um número significativo de tensões permanentes, algumas das quais são nitidamente prejudiciais ao trabalho do desenvolvimento local.

Para concluir este texto, podemos talvez dizer que o território é para nós algo muito fluido, que como vimos não se esgota na sua concepção tradicional de território como espaço ou território como fronteira. Consideramos que inclui uma série de características talvez abusiva, mas que de uma forma muito pragmática derivam das nossas próprias percepções enquanto investigadores que se dedicam ao desenvolvimento local em espaços rurais, num meio marcado por grandes dicotomias – a região Algarvia. Como já referimos anteriormente, consideramos que há muito espaço para reflexões diversas sobre este tema... nunca deixará de nos surpreender o imenso número de questões que permanecem por responder, permanentemente questionando um território que já foi considerado como indiferente, como acabado, como revitalizado, como resistente, como integrador, como reactivo ou como palco de enormes tensões. Felizmente a história, como bem sabemos, não acaba aqui.

## Referências Bibliográficas

- AMARO, R., 1998, "O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento" in Vários, *Desenvolver (Des)Envolvendo. Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, Messejana, ESDIME.
- ANDER-EGG, E., 1982, *Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad*, México, El Ateneo.
- APTER, D. E., 1987, *Rethinking Development. Modernization, Dependency, and Postmodern Politics*, Newbury Park, Sage Publications.
- BARAN, P. A., HOBBSAWM, E. J., 1969, "A Non-Communist Manifesto" in O'NEILL, J., O'Neill (ed.), *The Longer View*, New York, Monthly Review Press.
- BAUMAN, Z., 1998, *Globalisation. The human consequences*, Cambridge, Polity Press.
- BECK, U., 2000, *What is Globalization?* Cambridge, Polity Press.
- BENKO, G., 1999, *A Ciência Regional*. Oeiras, Celta Editora.
- BROHMAN, J., 1996, *Popular Development. Rethinking the Theory and Practice of Development*, Oxford, Blackwell.
- FRAGOSO, A., 2003, *Procesos de Desarrollo Local en la freguesia de Cachopo (Portugal)*, Sevilla, Universidad de Sevilla (tesis doctoral).
- FRAGOSO, A., LUCIO-VILLEGAS, E., 2004a, "The Continuous Restart: a case study on young adults of societies in fast transition" in CLOVER, D. E. (ed.), *Adult Education for Democracy, Social Justice, and a Culture of Peace*, Victoria, University of Victoria.
- FRAGOSO, A., LUCIO-VILLEGAS, E., 2004b, "Social networks research in southern local development: An analysis to overcome theoretical and practice constrains" in *Between Old and New Worlds of Adult Learning, 4<sup>th</sup> ESREA European Research Conference*, Wroclaw, University of Wroclaw/University of Lower Silesia.
- FRIEDMANN, J., 1996, *Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- FRIEDMANN, J., WEAVER, C., 1979, *Territory and Function: the evolution of regional planning*, London, Edward Arnold.
- FRÖBEL, F., HEINRICHS, J., KREYE, O., 1980, *The New International Division of Labour*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HARVEY, D., 1990, *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Blackwell.
- HARVEY, D., 2000, *Spaces of Hope*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- LOPES, A. S., 1984, *Desenvolvimento regional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAYO, M., 1994, *Communities and caring. The mixed economy of welfare*, New York, St. Martin's Press.
- McCLENAGHAN, P., 1999, "Community development education in the socio-cultural context of late capitalism: Refining a conceptual framework for comparative analysis" in WEBER, K. (ed.), *Lifelong learning and experience. Papers and perspectives of the 1st international summer school of the graduate school in lifelong learning*, Roskilde, Roskilde University & The Danish Research Academy.
- MELO, A., 1988, "O Desenvolvimento Local como Processo Educativo. Impressões e Opiniões Auto-Entrevistas", *Cadernos a Rede*, n.º 2, Faro, RADIAL.
- MELO, A., 1995, "O desenvolvimento local num contexto de economia mundializada" in Vários, *Conferência europeia: desenvolvimento local e coesão social e económica na U.E.*, Serpa, Ideia-Alentejo.
- MELO, A., 1999, "O local como pólo de resistência ao totalitarismo economicista (ou A necessidade de uma nova política)" in BOUZADA, X. (ed.), *O desenvolvimento comunitario local: Un Reto da sociedade civil*, Vigo, Editorial Galaxia.
- NOGUEIRAS, L. M., 1996, *La práctica y la teoría del desarrollo comunitario, Descripción de un modelo*, Madrid, Narcea.
- PRECEDO, A. L., 1994, *Desenvolvimento Territorial e Planificación Comarcal. O plan de desenvolvimento comarcal de Galicia*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia.
- REIS, J., 1988, "Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 25/26, Coimbra, CES.
- RESZOHAZY, R., 1988, *El desarrollo comunitario*, Madrid: Narcea.
- RODRIGUÉZ, C. A., 1970, *Análisis conceptual del desarrollo de la comunidad*, Buenos Aires, Editorial ECRO.
- ROSTOW, W., 2000, "The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto" (orig. 1960) in ROBERTS, T., HITE, A. (eds.), *From Modernization to Globalization. Perspectives on Development and Social Change*, Oxford, Blackwell.
- SILVA, A. S., 1994, "O que é o desenvolvimento integrado? Uma reflexão, com ilustração empírica" in *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local. Actas do encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- SILVA, A. S., 2000, *Cultura e desenvolvimento. Estudos sobre a relação entre ser e agir*, Oeiras, Celta Editora.
- SOUSA, E. S., 1991, "Co-desenvolvimento: O Diálogo Norte/Sul", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 33, Coimbra, CES.
- VACHON, B., 2000, "Agente de desenvolvimento: jardineiro do desenvolvimento local", *A rede para o desenvolvimento local*, n.º 15, Faro, In Loco.
- WASSERMAN, S. & FAUST, K., 1994, *Social Network Analysis: Methods and Applications*, New York, Cambridge University Press.
- YOUNGMAN, F., 2000, *The Political Economy of Adult Education and Development*, Leicester, NIACE.